



Bernardo Cabral (C) conduz a reunião em que o presidente do Bradesco (falando ao microfone) prestou esclarecimentos à CPI

Banqueiros depõem e negam trama. Requião aponta operação suspeita

Relator da CPI garante que banco do Paraná teria comprado títulos da dívida pública de Alagoas em 22 de janeiro, dois meses após o início dos trabalhos da comissão

CEF garante ter feito bom negócio em Pernambuco

Últimos depoentes na reunião de ontem da CPI dos Precatórios, o presidente e a diretora de Finanças da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo e Sandra Beatriz Tavares, disseram que a instituição fez um bom negócio quando comprou R\$ 140 milhões dos títulos emitidos em Pernambuco para pagamento de precatórios. O depoimento terminou às 22h50 de ontem.

O senador Roberto Requião sustenta que a operação da CEF com Pernambuco fez parte da cadeia de compra e venda de papéis montada para dar lucro a empresas intermediárias. O relator afirmou que a CEF não podia comprar, para movimentar no *overnight*, títulos destinados ao pagamento de precatórios. O senador disse que a Caixa comprou os papéis com um deságio de

8,54%, quando eles foram comercializados na venda primária com um deságio de 31,58%.

"Que atrativo especial havia nesses papéis para a Caixa se interessar por eles?", indagou Requião a Sandra Tavares. "Até então não haviam surgido em outros estados oportunidades com essa taxa de rentabilidade", respondeu ela.

O presidente do Bradesco, Lázaro Brandão, negou ontem, perante a CPI dos Precatórios, que seu banco tenha participado de articulação de intermediários na compra e venda de títulos públicos. O relator, senador Roberto Requião, apresentou o rastreamento de dez operações em que o Bradesco atuou como comprador final, junto às mesmas corretoras. Também o presidente e ex-presidente do banco Multiplic, Manoel Feliz Cinta Neto e Antonio José de Almeida Carneiro, ao depor ontem, negaram conhecer a cadeia de compra e venda de papéis emitidos para pagamento de precatórios. Requião apontou uma operação suspeita: o Banestado teria comprado títulos da dívida pública de Alagoas em 22 de janeiro deste ano, após o início da CPI. **Páginas 4 e 5**

**Artur da Távola:
voto facultativo
serve a oligarquias**

Página 6

**CCJ recebe hoje
parecer sobre
a reeleição**

Página 3

**Arruda: governo
deve investir mais
em saneamento**

Página 8

FHC sanciona registro único proposto por Simon

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou ontem, em solenidade no Palácio do Planalto, a lei que cria um único número para todos os documentos do brasileiro. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor da proposta, foi convidado para a cerimônia.

Simon informou ao plenário que também ontem o presidente sancionou a lei, aprovada na

semana passada pelo Senado, que tipifica os crimes de tortura. Informou ainda que FHC assinou o ato de exoneração do ministro da Justiça, Nelson Jobim, que na semana passada teve seu nome aprovado pelo Senado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ao falar da nova lei do número único para todos os do-

cumentos, Pedro Simon informou que dentro de seis meses todas as crianças já forem registradas ganharão o número único. No novo sistema, o número será precedido de duas letras que identificam o estado onde a pessoa nasceu, três letras que identificam a cidade (BSB para Brasília,



Pedro Simon

CAX, para Caxias do Sul etc.) e a seguir o número.

- Esse número único vai evitar muitas fraudes. Muitas carteiras de identidade falsas, muitos títulos de eleitor falsos. A lei dá prazo de cinco anos para ocorrer toda a mudança - informou Simon.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Preside sessão ordinária deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: *Requerimento nº 218/97, propondo a realização de uma Sessão Solene Conjunta do Congresso Nacional, em homenagem aos 175 anos da Maçonaria do Brasil, a ser realizada no dia 12 ou 13 de junho de 1977; e *PEC nº 64/95 (terceiro dia de discussão em primeiro turno), que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tornando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apresentação do relatório do senador Francelino Pereira (PFL-MG) sobre a PEC nº 4/97, que permite reeleição para presidente da República, governador de estado e prefeitos municipais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Sabatina de Paulo Dirceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho, indicados para membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10 - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Exposição da coordenadora de Fiscalização do Trabalho, Segurança e Saúde do Trabalhador no Rio Grande do Sul, Helena Beatriz M. de Andrade. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1563-3/97, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1566-2/97, que excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1570/97, que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, e altera as Leis nºs 8.437/92 e 7.347/85

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1531-4/97, que dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, que institui normas para licitação e contratos da administração pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento dos ex-funcionários da prefeitura municipal de São Paulo Nivaldo Furtado de Almeida e Maria Helena Moreira Cella, e acareação dos depoentes com o chefe licenciado do Dedip/Bacen, Jairo da Cruz

Ferreira, e do ex-funcionário da prefeitura de São Paulo, Pedro Neiva Filho. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

PREVISÃO DE TRABALHOS PLENÁRIO

Quarta-feira (09.04)

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: *PEC nº 64/95 (quarto dia de discussão em primeiro turno), que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tornando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais.

Quinta-feira (10.04)

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno das *PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97 (tramitam em conjunto), que tratam da adoção de medidas provisórias; *PEC nº 64/95 (quinto e último dia de discussão em primeiro turno), que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tornando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais.

COMISSÕES

Quarta-feira (09.04)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; *PEC nº 42/95, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados na iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos; e *PLC nº 05/97, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que fará exposição sobre a PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante de decisões sumuladas do STF. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão Especial sobre fatos ocorridos na Clínica Santa Genoveva

Pauta: Leitura, discussão e aprovação do relatório final. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do diretor-financeiro, do gerente de Investimentos Financeiros e do analista de Investimentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, José Calixto Ramos; e da Confederação Nacional da Indústria, senador Fernando Bezerra, o dirigente do Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar, Ulysses Riedel; e o representante da Organização Mundial do Trabalho, João Carlos Alexim. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (10.04)

18h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para discutir o *PLC nº 93/96, que dispõe sobre o contrato temporário de trabalho por prazo determinado. Estão convidados para essa audiência os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, José Calixto Ramos; e da Confederação Nacional da Indústria, senador Fernando Bezerra, o dirigente do Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar, Ulysses Riedel; e o representante da Organização Mundial do Trabalho, João Carlos Alexim. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Francelino apresenta hoje à CCJ parecer sobre reeleição

Outras comissões também se reúnem, como a CPI do Trabalho Infantil, que ouve coordenadora de Fiscalização no Rio Grande do Sul

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe hoje, em reunião marcada para as 10h, o relatório do senador Francelino Pereira (PFL-MG) sobre a proposta de emenda à Constituição que permite reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos.

Ainda hoje, às 17h, a CPI dos Precatórios ouve os depoimentos dos ex-funcionários da prefeitura de São Paulo Nivaldo Furtado de Almeida e Maria Helena Moreira Cella. Na mesma reunião, será feita a acareação desses depoentes com Jairo da Cruz Ferreira, chefe licenciado do Dedip/



Francelino Pereira

Bacen, e do ex-funcionário da prefeitura municipal de São Paulo, Pedro Neiva Filho. *(Mais informações sobre a CPI nas páginas 4 e 5.)*

A Comissão de Assuntos Econômicos sabatina, a partir das 10h, Paulo Dirceu Pinhei-

ro e Arthur Barrionuevo Filho, indicados pelo presidente da República para membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Também hoje, às 10h, reúne-se a CPI do Trabalho Infantil para ouvir a coordenadora de Fiscalização do Trabalho no Rio Grande do Sul, Helena Beatriz Andrade.

Serão instaladas ainda hoje comissões mistas para examinar quatro medidas provisórias, entre elas a que dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior.

Lauro Campos faz estudo do autoritarismo

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou ontem a segunda parte de seu estudo sobre o autoritarismo. Ele fez críticas ao governo, servindo-se de referências contidas no livro *Autoritarismo e Democratização*, de autoria de Fernando Henrique Cardoso, no qual se afirma que as raízes do despotismo brasileiro estão na acumulação do capital.

Lauro disse estar seguindo a análise feita por Fernando Henrique com o objetivo de entender "os descaminhos que voltam a atravessar a sociedade brasileira, especialmente no seu processo de acumulação de capital".

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou seu pensamento contrário às opiniões do orador. No seu entender, Lauro Campos está defendendo os governos militares quando considera o governo atual mais autoritário que aqueles.

Jucá: fim de paridade preocupa aposentados

O senador Romero Jucá (PFL-RR) destacou ontem a luta de associações de aposentados contra o fim da paridade entre a remuneração dos ativos e os proventos dos inativos, previsto na proposta de reforma da Previdência. Segundo ele, os aposentados argumentam que a paridade não é um privilégio, mas um direito fundamental, uma vez que são obrigados a gastar cada vez mais com assistência médica, devido à idade.

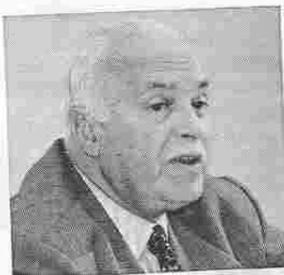
- Estaremos vigilantes nessa questão para que nós possamos ter a continuidade de uma política decente na remuneração de aposentados no país. Não temos o direito de colocar na rua da amargura milhões de brasileiros que recebem aposentadoria - disse.

ACM prevê aprovação da emenda pelo Congresso até final de maio

A emenda constitucional da reeleição deverá ser promulgada pelo Congresso Nacional dentro de dois meses, no máximo, de acordo com a previsão de seu presidente, senador Antonio Carlos Magalhães. Ele acredita na votação da matéria pelo Senado, "sem problema nenhum", com o segundo turno previsto para o final de maio.

O senador desmentiu que tivesse pressionado o relator da emenda, senador Francelino Pereira (PFL-MG), a apressar a apresentação de seu relatório, conforme divulgado pela imprensa. O prazo regimental do relator expira hoje.

No Senado, está prevista para esta quinta-feira, dia 10, a votação da proposta de al-



Antonio Carlos Magalhães

teração do processo de edição e apreciação das medidas provisórias. Antonio Carlos Magalhães disse que vai entrar em contato com o senador José Fogaça (PMDB-RS), autor do substitutivo, para saber das perspectivas de um entendimento que acelere a decisão. "Sem acordo, vai demorar", reconheceu.

O presidente do Congresso

comentou que sua posição pessoal é contrária a uma das alterações contidas na proposta de Fogaça - a criação de uma comissão especial permanente para dedicar-se à apreciação das MPs -, pois acredita que é mais adequada a utilização da estrutura já existente, com as comissões temáticas da Câmara e do Senado, alternativamente.

Antonio Carlos considerou "inútil" a pretensa ameaça de retaliação do governo para obrigar os parlamentares a aprovarem a prorrogação do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal). Na sua avaliação, "o Congresso está extremamente dividido" sobre o assunto, e a votação desta vez está mais difícil para o governo do que no ano passado.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Bradesco nega articulação em trama

Requião apresenta rastreamento de dez operações em que o banco atuou como comprador final para mostrar que, "contra todas as probabilidades, as corretoras foram as mesmas"

Amorim acusa envolvimento de governador



Amorim

Ernandes Amorim (PFL-RO) disse ontem que encaminhou à CPI dos Precatórios cópia de dois docu-

mentos evidenciando o envolvimento de representante do Banco Central em Rondônia no "esquema de negociatas" sob investigação da comissão do Senado. A confirmação seria a cópia de um ofício da DTVM Negocial enviado ao interventor do Beron (Banco do Estado de Rondônia), nomeado pelo BC.

Também o governador de Rondônia está envolvido na questão dos precatórios - disse o senador. Segundo Amorim, o Beron enviou correspondência ao banco Vector dizendo estar autorizado pelo governador a pagar-lhe "sucesso" de R\$ 5 milhões pelos serviços, incluindo nessa proposta a intermediação, pelo Beron, das operações de dinheiro para o Paraguai, através da agência do banco em São Paulo.

Ernandes Amorim observou que, no ofício encaminhado ao então ex-administrador do Beron, a Negocial propõe a criação de um fundo gestor de títulos estaduais e municipais e serviços correlatos. Na opinião do senador, o Beron, sob intervenção desde o início de 1995, opera como "laranja, um testa-de-ferro da Negocial", no episódio dos títulos públicos.

Em depoimento ontem à CPI dos Precatórios, o presidente do Bradesco, Lázaro Brandão, negou que o seu banco tenha participado de articulação de intermediários de títulos públicos. O relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), apresentou o rastreamento de dez operações em que o



Dirigentes do Bradesco (D) prestam depoimento na CPI presidida por Cabral (C)

Bradesco atuou como comprador final para mostrar que, "contra todas as probabilidades, as corretoras foram as mesmas". Além disso, a corretora Paper apareceu em "90 a 95% de todos os negócios feitos pelo Bradesco", disse.

As operações representaram lucro de R\$ 50 milhões 979 mil 354 para corretoras, sendo que o Bradesco foi comprador final de títulos de Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, e dos municípios de Osasco e São Paulo. Em resposta a pedido de auditoria externa sobre os fundos de renda fixa do

Bradesco feito pelo relator, Lázaro Brandão colocou à disposição da CPI duas auditorias, uma interna e outra externa, realizada pela Price Waterhouse. Segundo Ageo Silva, vice-presidente executivo do Bradesco, "a coincidência no roteiro até chegar ao Bradesco é um fato totalmente desconhecido para quem compra".

Requião destacou para os depoentes que Fausto Solano Pereira, da corretora Boa Safra, declarou à CPI que era homem de absoluta confiança de Lázaro Brandão e que coordenava as

operações de que o Bradesco participou. Brandão reservou-se o direito de não responder e Ageo Silva disse que Fausto Solano "não tem nenhum vínculo estreito com o banco". Quanto ao depoimento de Fábio Nahoun, dono do banco Vector, segundo o qual as corretoras só efetuaram negócios com títulos na certeza de que grandes bancos estariam na compra final, conforme lembrou o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), Lázaro Brandão afirmou que Nahoun "acusa procurando defender-se".

Debêntures aumentam as dívidas

Roberto Requião, Wilson Kleinübing e Esperidião Amin (PFL-SC) questionaram também os depoentes sobre proposta apresentada pelo Bradesco ao governo de Pernambuco, de criação de uma empresa de investimento para lançamento de debêntures, à semelhança do que fez o governo do Paraná através da Banestado Leasing. O governo pernambucano rejeitou a proposta, aceita por Santa Catarina.

Para Requião, "os estados

estão contornando as proibições de emissão de títulos com o lançamento de debêntures, aprofundando o endividamento". Kleinübing defendeu que a Comissão de Valores Mobiliários não decida sozinha sobre os pedidos de emissão de debêntures a ela encaminhados. Conforme Amin, o endividamento é apenas o primeiro passo da emissão de debêntures, pois elas são garantidas, principalmente, com ações das companhias estaduais de energia elétrica.

Em resposta a José Serra

(PSDB-SP), Ageo Silva assegurou que desde 1993 o Bradesco não participa de leilões primários porque "não há tradição de formação de preços nesse mercado". Também inquiriram os depoentes Jäder Barbalho (PMDB-PA), Geraldo Melo (PSDB-RN), Romeu Tuma (PFL-SP), Emília Fernandes (PTB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Agripino (PFL-RN), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Freire (PPS-PE).

CPI DOS PRECATÓRIOS

Multiplic alega desconhecimento da cadeia de compra e venda

Relator indaga: "Como é que um banco compra R\$ 100 milhões de títulos sem saber qual o preço de lançamento desses papéis?"

Em depoimentos ontem à tarde na CPI dos Precatórios, o presidente e o ex-presidente do banco Multiplic, Manoel Feliz Cintra Neto e Antonio José de Almeida Carneiro, negaram repetidas vezes conhecer a cadeia de compra e venda de papéis emitidos para pagamento de precatórios, na qual figuravam empresas de fachada e que o relator Roberto Requião (PMDB-PR) denomina de "ciranda da alegria".

- Desconhecíamos essa cadeia e creio que, depois dessa CPI, o mercado vai se aperfeiçoar - disse Cintra Neto. "Realmente parece estranha essa cadeia e a gente vê que ela é comum a todas as operações. Mas nós a desconhecíamos", disse Almeida Carneiro, que presidia o Multiplic na época em que este comprou R\$ 100 milhões de títulos emitidos pelo governo de San-

ta Catarina, vendendo R\$ 35 milhões desses papéis para o Bradesco.

Conforme Requião, o Multiplic pagou por esses títulos um deságio de 5,98% contra 14,5% cobrado pelo governo de Santa Catarina na venda primária, o que proporcionou um lucro de R\$ 9,2 milhões às empresas intermediárias da operação. "Como é que um banco compra R\$ 100 milhões de títulos de Santa Catarina sem saber qual o preço de lançamento desses papéis? Como o Multiplic ajudou a proporcionar essa lesão no mercado?", indagou o relator.

Os dois depoentes sustentaram que pagaram pelos papéis o preço de mercado. Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou que, na época da venda ao Bradesco, os títulos já estavam "micados", sendo difícil sua venda. "Vender esses papéis foi uma obra de grande habilida-

de e como é que os Srs. conseguiram isso?", indagou Amin. Almeida Carneiro respondeu que, na época, o mercado não sabia que os papéis haviam sido emitidos para pagamento de precatórios e os corretores não sabiam sequer o que era precatório, daí por que foi fácil fazer a venda.

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) manifestou dúvida de que o Multiplic não soubesse da ciranda de compra e venda de papéis combinada no mercado e afirmou: "É muito pouco provável que esse negócio não tenha sido fruto de uma pré-combinação". E Requião acrescentou: "É evidente para mim que a operação feita pelo Multiplic é exatamente igual a todas as outras operações dessa ciranda da alegria". Os dois depoentes afirmaram que ontem, conhecendo o trabalho da CPI, não fariam a operação novamente.



Roberto Requião

Requião sugere demissões no Banestado

O Banestado comprou títulos da dívida pública de Alagoas em 22 de janeiro de 1997, dois meses após o início da CPI dos Precatórios, destacou ontem o relator Roberto Requião (PMDB-PR), ao final dos depoimentos do presidente do Banestado, Domingos T. Murta Ramalho, e do diretor financeiro do banco, Wilson Mugnaine. O senador recomendou que o governador do Paraná, Jayme Lerner, "ponha a diretoria inteira na rua".

Requião contestou depoimento de Domingos Ramalho, segundo o qual o Banestado, depois da CPI, não mais teria aplicado seus recursos em títulos públicos estaduais. Quando a corretora do Banestado comprou títulos de Alagoas e Pernambuco, disse Ramalho em seu depoimento inicial à CPI, "infelizmente não se dispunha à época de informações relevantes que a CPI conseguiu apurar e que demonstram a prática de deságios iniciais desconhecidos do mercado e cujos níveis, se conhecidos fossem, certamente teriam influenciado o resultado da análise dos compradores".

Em doze operações rastreadas pela CPI, o banco paranaense permitiu que intermediários auferissem um lucro de cerca de R\$ 30 milhões. Em resposta a José Serra (PSDB-SP), Ramalho informou que o Banestado tem, numa carteira de R\$ 1,340 bilhão, R\$ 1,047 bilhão referente a aplicações em títulos públicos, sendo que R\$ 371 milhões são de títulos do estado do Paraná.

ACM quer ampliar quebra de sigilo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a quebra de sigilo bancário deveria ser automática, para todos os membros de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), "até porque dá mais força para inquirir", e porque a transparência, nesses casos, "é obrigação de todos, investigados e investigadores".

- Vou propor que todo membro de CPI tenha seu sigilo quebrado. Isto funcionaria para as futuras comissões. É óbvio que todos os membros de CPI se fortaleceriam se entregassem

seu sigilo - afirmou.

Antonio Carlos reiterou sua posição favorável à ampliação dos casos de quebra de sigilo bancário, lembrando ter apresentado projeto ao Senado nesse sentido, e esclarecendo que sua objeção, no caso da CPI dos Precatórios, foi de forma. "A maneira como foi feita é que foi errada", assinalou.

Com relação às decisões tomadas pela CPI dos Precatórios por ocasião de sua visita ao plenário da comissão, na semana passada, Antonio Carlos disse que, "basicamente, só não foi cumprida uma coisa deliberada naquela reu-

nião: que as pessoas só teriam o sigilo quebrado após serem ouvidas na comissão".

Antonio Carlos garantiu que não vai polemizar com membros da CPI.

- A dignidade do cargo que exerce como presidente do Senado não me permite polemizar com qualquer membro da CPI, até porque isso poderia gerar interpretações não condizentes com o meu desejo de que a comissão seja objetiva e indique punições para os responsáveis pelo chamado escândalo dos precatórios - ressaltou.

Artur da Távola critica voto facultativo

Na opinião do senador, se o voto obrigatório for abolido no Brasil, os maiores beneficiados serão as oligarquias e as classes dominantes, que iludem os eleitores com pequenos agrados

Se o voto facultativo for implantado no Brasil, serão beneficiadas "as classes dominantes, as oligarquias", que no dia das eleições conduzirão às urnas, "em troca de pequenas vantagens, até de simples sanduíches", milhões de eleitores pouco esclarecidos, afirmou em discurso o senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

Na semana passada, a comissão especial do Senado que discute mudanças na política partidária e eleitoral recomendou o voto facultativo.

Para Artur da Távola, se for implantado o voto facultativo, os grandes ausentes



Artur da Távola

das urnas poderão ser as classes mais conscientes da sociedade, muitos "desencantados com a política".

Então, "a forma de protesto não será mais o voto em branco ou nulo. Será não ir à votação". Além disso, há os que irão preferir um dia

de lazer a entrar em filas de votação.

- Se de 90 milhões de eleitores passarmos para 40 milhões, teremos uma queda bárbara no número de pessoas responsáveis pela escolha de dirigentes no país. Aí temos outro problema: somos uma dolorosa história de golpes no século XX. Ora, um dos grandes argumentos que sempre acompanhou os golpes militares foi o de não haver relação entre governante e vontade da sociedade - ponderou.

Assim, a seu ver, nesse caso surgirá o argumento de que o governante não tem legitimidade, porque uma pes-

soa será eleita com 15% a 30% do eleitorado. Artur da Távola sustentou que hoje o voto já é facultativo no Brasil. "O eleitor vota em quem quer. O que não é facultativo é o ato de votar." Para o senador, esse ato "é um poder e um dever" de todo cidadão.

- Se "todo poder emana do povo", como está na Constituição, evidente que o povo tem que participar da escolha dos seus representantes. O ato de votar é um dever e um poder dado ao povo - afirmou. Para o senador, o voto facultativo "é um estratégia, até simpático", para retirar do povo esse poder de escolha de governantes.

Lauro Campos destaca importância da TV Senado

O senador Lauro Campos (PT-DF) congratulou ontem a diretoria da Secretaria de Comunicação Social do Senado, por ter, entre outros serviços, implantado a TV Senado. Ele disse que essa emissora permite a interação do público com a Casa, facilitando a comunicação dos senadores com um grande número de cidadãos, que a eles enviam críticas e elogios, orientando a atividade parlamentar.

- Quero comunicar que, numa sexta-feira por mês, responderei aqueles telefonemas, aquelas cartas que a mim são enviadas pelos eleitores, pelos cidadãos telespectadores - afirmou Lauro Campos. Conforme assinalou, as mensagens telefônicas enviadas aos senadores "são cuidadosamente transcritas pela Secretaria de Comunicação Social e transmitidas a eles periodicamente".

Em aparte, o senador Pedro

Simon (PMDB-RS) afirmou ser este "um momento inédito e diferente na história do Senado Federal" porque, segundo afirmou, o cidadão pode acompanhar, fiscalizar e conhecer o trabalho dos parlamentares pela televisão.

- Antes, as pessoas só co-

nheciam o Senado por ouvir dizer - disse Pedro Simon. Ele lembrou que, desde o primeiro momento, manifestou-se favorável à proposta de implantação da TV Senado, a qual, segundo acredita, logo chegará à totalidade dos lares brasileiros.



Lauro Campos

Senador contesta critérios de seleção

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) protestou ontem contra a TV Senado, por passar a transmitir os depoimentos da CPI dos Precatórios cortando as transmissões das sessões do plenário. "Há muito venho observando que a TV Senado está a enveredar por uma linha de audiência, e há uma hipertrofia completa dos serviços da CPI dos Precatórios em relação ao restante das atividades da Casa", disse.

Artur da Távola perguntou à Mesa e ao diretor da Comunicação Social do Senado, Fernando César Mesquita, quais são os critérios que a TV Senado usa para decidir o que transmitir ao vivo, porque minutos antes a TV cortara a transmissão de seu discurso sobre voto facultativo para fazer transmissões da CPI.

- Não há razão para transformar a TV Senado num organismo de audiência, até porque nos sábados e domingos a matéria que passa na TV Se-

nado é de novo a matéria da CPI. Deixo aqui o meu protesto veemente quanto a essa forma absurda, autoritária e arbitrária de conduzir a TV Senado. É que me parece descortês, inqualificável cortar o discurso de um senador para passar uma atividade de outro - registrou.

Pouco depois, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que o assunto seja discutido e deliberado pelo plenário.

Suplicy denuncia grampo no telefone de Rainha

Senador também diz que moradores da favela Naval, em Diadema, confirmam que as agressões policiais são antigas e sempre ocorreram de forma violenta

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que a Polícia Militar de São Paulo está fazendo escuta do telefone celular do líder dos sem-terra, José Rainha.



Eduardo Suplicy

- Tenho informação precisa de que a PM-2 faz o grampeamento e sabe onde José Rainha se encontra. Telefonei ontem (dia 6) para o presidente Fernando Henrique Cardoso contando isso e ele me garantiu que deu ordens ao ministro-chefe da Casa Militar de

que não aceita de forma alguma escuta telefônica sem ordem judicial - disse Suplicy.

Apesar da escuta telefônica e de saber onde se encontra o líder dos sem-terra, a polícia até hoje não prendeu José Rainha, que está com prisão decretada por juiz, conforme o senador.

Suplicy fez um relato do encontro que teve, no sábado, juntamente com deputados, com famílias da favela Naval, em Diadema, onde foram filmadas agressões de policiais

militares, numa batida à entrada da favela. O senador disse que a comissão ouviu relatos de várias pessoas confirmando que as agressões não são novas e sempre foram violentas. "Ouvi de uma mãe que houve abuso policial até em festa de aniversário de criança."

O senador leu em plenário trechos de notícias publicadas pela *Folha de S. Paulo*, destacando a afirmação do advogado Antônio Cláudio Mariz, ex-secretário de Segurança de São Paulo, de que "a PM é incomandável. O governador e o secretário não a comandam".

Alcântara elogia ação por direitos humanos

A criação de uma Secretaria Nacional de Direitos Humanos, anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, foi elogiada ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). "É uma esperança que surge no cenário nacional, à medida que não podemos desconhecer que ainda há muito a ser feito em relação a direitos humanos no Brasil", disse.

O senador saudou o futuro titular do órgão, José Gregori, chefe de gabinete do ministro da Justiça, que, a seu ver, tem muita experiência na área. Ele

citou a indenização de desaparecidos políticos como uma das iniciativas acertadas de Gregori no ministério.

Na opinião de Alcântara, a criação da secretaria mostra que a questão dos direitos humanos é uma das prioridades do presidente Fernando Henrique. O senador citou recentes leis aprovadas pelo Senado sobre o assunto, entre elas a que tornou mais rigoroso o porte de arma e a que mudou o julga-



Lúcio Alcântara

mento de crimes cometidos por policiais militares, como prova da importância que o governo federal dá ao tema.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) declarou que "há algo errado com as polícias no Brasil" e também elogiou a criação da secretaria. Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou esperar que a Polícia Militar de São Paulo adote procedimentos mais humanos.

Campos cobra reforma agrária sensata

O senador Júlio Campos (PFL-MT) alertou para a urgência da realização de uma reforma agrária "sensata" no Brasil, ao afirmar que muitos programas já existentes são prejudicados "pela ação deletéria de agentes governamentais desastrosos ou desonestos".

Ele denunciou que no município de Brasnorte, em Mato Grosso, fazendeiros credencia-



Júlio Campos

dos pelo Inera estão obrigando os parceiros assentados na gleba Tibagi a adquirir, em outras regiões, gado de qualidade inferior e por preço mais alto que o praticado na própria região.

Como exemplo do prejuízo desses parceleiros - assentados com os recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procer) - Jú-

lio Campos disse que o gado leiteiro, disponível em Brasnorte por R\$ 230,00 a cabeça, foi adquirido em outras localidades por R\$ 350,00 e as novilhas, disponíveis por R\$ 150,00, foram compradas por R\$ 250,00.

O senador afirmou que já transmitiu ao Inera o conteúdo das denúncias e que pretende pressionar as autoridades competentes a tomar as providências devidas "para pôr fim a esse abuso".



Valmir Campelo

Valmir quer políticas de desenvolvimento

O empobrecimento dos pequenos municípios, endividados por falta de arrecadação, só será resolvido com uma reforma fiscal e tributária capaz de captar recursos e não suprimir receitas. e com o estabelecimento de políticas regionais de desenvolvimento, afirmou ontem o senador Valmir Campelo (PTB-DF).

Valmir elogiou a Medida Provisória 1.571, dispondo sobre a nova forma de amortização de débitos de estados e municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), "que tirou governos estaduais e municipais do sufoco, ao permitir o restabelecimento de repasses da União, como a merenda escolar".

De acordo com a MP, os estados e municípios passam a dispor de 96 a 240 meses para saldarem seus débitos com a Previdência. Segundo o senador, há muito tempo os pequenos municípios não conseguem saldar seus compromissos e nem sequer pagar pessoal. "Grande parte dos municípios, em particular as pequenas cidades do Nordeste, praticamente não arrecadam impostos, sobrevivendo quase que exclusivamente dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios", disse Valmir.

Lobão propõe mudanças no livro didático

Adoção pelo prazo mínimo de três anos, avaliação de sua qualidade por comissão especializada e programas de capacitação são os principais pontos defendidos pelo senador

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou ontem projeto de lei com o objetivo de corrigir problemas de desperdício no Programa Nacional do Livro Didático do governo. De acordo com o projeto, os livros destinados ao ensino fundamental e médio serão adotados pelo prazo mínimo de três anos, sendo permitida a sua atualização a partir do segundo ano de sua adoção.

O projeto prevê ainda a avaliação e a aprovação do material didático por uma comissão



Edison Lobão

especializada, com vistas ao seu conteúdo e à sua apresentação, e a realização de programas de capacitação para professores e gestores educacionais, no sentido de ensinar métodos para a boa utilização

dos livros.

A padronização de tamanho e peso, com o objetivo de facilitar a distribuição do material para as escolas, também foi defendida pelo senador como forma de solucionar o problema da demora na entrega dos livros distribuídos pelo governo.

Lobão afirmou que tais erros comprometem o ensino escolar, prejudicando principalmente as camadas mais pobres. "Com isso nos distanciamos ainda mais da democratização de oportunidades educacionais."



Abdias Nascimento

Abdias apóia fala de FHC sobre a diversidade racial

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) considerou ontem "alentadora" a postura do presidente Fernando Henrique Cardoso, a favor da importância da diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira. Segundo o senador, o presidente considera essa diversidade um privilégio, mas admite que os preconceitos continuam existindo no país.

- O reconhecimento da existência de um pluralismo étnico, pelo presidente, representa um golpe profundo no discurso universalista dominante, que se baseia na idéia da fusão de raças e na assimilação, por todos, da cultura européia, supostamente superior - disse.

De acordo com Abdias, uma das dificuldades apontadas pelo presidente na implementação de medidas para acabar com o racismo é a "hipocrisia que reveste as relações raciais no Brasil".

Arruda defende alterações no SUS e mais obras de saneamento básico

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou ontem, Dia Internacional da Saúde, que o Congresso Nacional precisa agir no sentido de modificar o Sistema Único de Saúde (SUS) e de favorecer a realização de obras de estrutura básica, como água e esgoto, "fundamentais para a manutenção dos níveis de saúde da população brasileira". Para ele, a saúde do povo brasileiro depende de decisões a serem tomadas pelo Legislativo.

José Roberto Arruda entende que o sistema nacio-



José Roberto Arruda

nal de saúde é desfavorável, principalmente para a população mais pobre. Ele defendeu a descentralização dos recursos e mecanismos de fiscalização do SUS, para que os repasses de verbas feitos aos hospitais privados sejam controlados pela população local e autoridades municipais.

O senador afirmou que os recursos destinados à saúde são, muitas vezes, mal aplicados ou aplicados de forma questionável, provocando inúmeras perdas. Conforme disse, o Congresso pode ter uma participação importante na modificação do perfil brasileiro de atendimento à saúde pública.

José Roberto Arruda informou que o ministro da Saúde, "cumprindo determinação do governo de fazer deste ano, prioritariamente, o Ano da Saúde" realizou, ontem, uma série de debates sobre o tema.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, VALMIR CAMPELO E CARLOS PATROCÍNIO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sergio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.